

Cenário Macro¹

Introdução

O Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de junho de 2026 apresenta a atualização das projeções de curto (2026-2027) e médio prazo (2028-2036) para as variáveis macrofiscais. Em relação ao cenário publicado em dezembro de 2025, as principais revisões concentram-se no horizonte de curto prazo. A atividade econômica mostrou-se mais resiliente do que o antecipado, enquanto a inflação voltou a acelerar após o início do ano, levando à revisão das projeções para crescimento, inflação e taxa de juros.

No cenário base, o PIB deve crescer 2,0%, em 2026, e 1,8% em 2027. O IPCA é projetado em 5,0% e 4,0%, respectivamente. As hipóteses estruturais de médio prazo permanecem, em linhas gerais, preservadas.

As tensões geopolíticas no Oriente Médio introduziram novos desafios ao cenário internacional, com repercussões sobre os preços de *commodities*, a inflação global e as condições financeiras. Em abril de 2026, a IFI publicou uma avaliação preliminar dos impactos do aumento dos preços do petróleo sobre a economia e as contas públicas, por meio de exercícios de sensibilidade para diferentes trajetórias do Brent. As projeções do cenário base foram mantidas inalteradas, tendo a análise caráter exclusivamente condicional.

A presente edição do RAF incorpora a evolução observada desde então e realiza uma revisão abrangente do cenário macroeconômico.

Conjuntura internacional

As condições para a economia global estavam relativamente favoráveis no início de 2026, sustentadas pela resiliência da atividade nas economias avançadas, pelo dinamismo dos investimentos associados à Inteligência Artificial (IA) e pela redução parcial das tensões comerciais observada em 2025. Esse cenário, contudo, deteriorou-se ao longo do primeiro semestre em razão do agravamento do conflito no Oriente Médio e de seus efeitos sobre os mercados globais de energia.

As tensões geopolíticas na região elevaram os riscos para o abastecimento energético mundial e o transporte marítimo no Estreito de Ormuz, pressionando os preços do petróleo e de insumos relacionados, como fertilizantes. O movimento reforçou as pressões inflacionárias globais e contribuiu para a deterioração das perspectivas de crescimento econômico no curto prazo.

¹ Acesse o relatório completo em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2026/junho/relatorio-de-acompanhamento-fiscal-jun-2026>.

GRÁFICO 1. PREÇO DO PETRÓLEO BRENT



Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA)

O choque energético influenciou a condução da política monetária nas economias avançadas. Nos Estados Unidos, a inflação voltou a acelerar ao longo do primeiro semestre, levando o Federal Reserve a manter postura cautelosa quanto ao ritmo de flexibilização monetária, materializada pela decisão, em 17 de junho, de manutenção da taxa básica de juros na faixa entre 3,5% e 3,75% ao ano. O aumento da inflação e da incerteza geopolítica contribuiu ainda para pressionar as taxas de juros de longo prazo, restringindo as condições financeiras globais.

A rápida deterioração do ambiente internacional também se refletiu nas projeções dos organismos multilaterais. No *World Economic Outlook* de abril de 2026², o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para baixo a projeção de crescimento global para 2026, destacando os efeitos do choque energético sobre a inflação e as condições financeiras internacionais. Em linha semelhante, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no *Economic Outlook*, de junho de 2026³, passou a enfatizar os riscos associados à persistência de preços elevados de energia e à manutenção de condições monetárias restritivas por período prolongado.

Para a economia brasileira, os efeitos desse cenário são mistos. A elevação dos preços das *commodities* favorece os termos de troca e parte das exportações brasileiras, mas o aumento nos preços de energia pressiona a inflação doméstica e reduz o espaço para

² Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo/issues/2026/04/14/world-economic-outlook-april-2026>

³ Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/2026/06/oecd-economic-outlook-volume-2026-issue-1_8be0dba6.html

flexibilização da política monetária. Adicionalmente, a desaceleração esperada do crescimento global tende a restringir a expansão da demanda externa.

Conjuntura doméstica

PIB

No plano doméstico, o PIB cresceu 1,1% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao trimestre anterior, na série dessazonalizada, acima do avanço de 0,3% registrado no quarto trimestre de 2025. Com esse resultado, o carregamento estatístico (*carry-over*) para o ano alcançou 1,4%, indicando crescimento da atividade em 2026, mesmo na hipótese de estabilidade da atividade nos trimestres subseqüentes (Tabela 1).

TABELA 1. CRESCIMENTO DO PIB EM 2026 PARA DIFERENTES VARIAÇÕES NOS TRIMESTRES

		Variação do 2T de 2026 (var. % T/T-1, com aj. sazonal)					
Variação média (3T e 4T)	(var. % T/T-1, com aj. sazonal)		-1,00%	-0,50%	0,00%	0,50%	1,00%
		-1,00%	-0,1%	0,3%	0,7%	1,0%	1,4%
		-0,50%	0,3%	0,7%	1,1%	1,4%	1,8%
		0,00%	0,7%	1,1%	1,4%	1,8%	2,2%
		0,50%	1,0%	1,4%	1,8%	2,2%	2,6%
		1,00%	1,4%	1,8%	2,2%	2,6%	3,0%

Fonte: IBGE e IFI. Elaboração: IFI.

Considerada a variação acumulada em quatro trimestres, contudo, o crescimento do PIB desacelerou de 2,3%, em dezembro de 2025, para 2,0% em março de 2026. A contribuição da absorção interna recuou de 1,9 p.p. para 0,9 p.p., entre dezembro de 2025 e março de 2026, refletindo a menor contribuição do consumo das famílias, da formação bruta de capital fixo e da variação de estoques. Em sentido oposto, as exportações líquidas ampliaram sua contribuição, de 0,4 p.p. para 1,1 p.p., favorecidas pelo crescimento das exportações e pela desaceleração das importações.

TABELA 2. CONTRIBUIÇÕES (EM P.P.) PARA A TAXA DO PIB ACUMULADA EM QUATRO TRIMESTRES

	Set/24	Dez/24	Mar/25	Jun/25	Set/25	Dez/25	Mar/26
PIB	3,1	3,4	3,6	3,3	2,7	2,3	2,0
Absorção interna	4,0	5,3	5,8	5,1	3,7	1,9	0,9
Consumo das famílias	3,0	3,2	2,8	2,2	1,3	0,9	0,8
Consumo do governo	0,6	0,4	0,3	0,2	0,2	0,4	0,4
Formação bruta de capital fixo	0,5	1,1	1,4	1,3	1,0	0,5	0,1
Variação de estoques	-0,2	0,6	1,3	1,4	1,1	0,2	-0,4
Exportações líquidas	-0,9	-1,9	-2,2	-1,8	-1,0	0,4	1,1

Fonte: IBGE e IFI. Elaboração: IFI.

Os dados recentes sugerem que os efeitos defasados da política monetária podem estar contribuindo para a desaceleração da atividade econômica, especialmente por meio da moderação da absorção interna. Em contrapartida, a resiliência do mercado de trabalho, o crescimento da renda real e as medidas recentes de estímulo à demanda e ao crédito tendem a sustentar a demanda doméstica, atenuando parcialmente esse processo ao longo do segundo semestre.

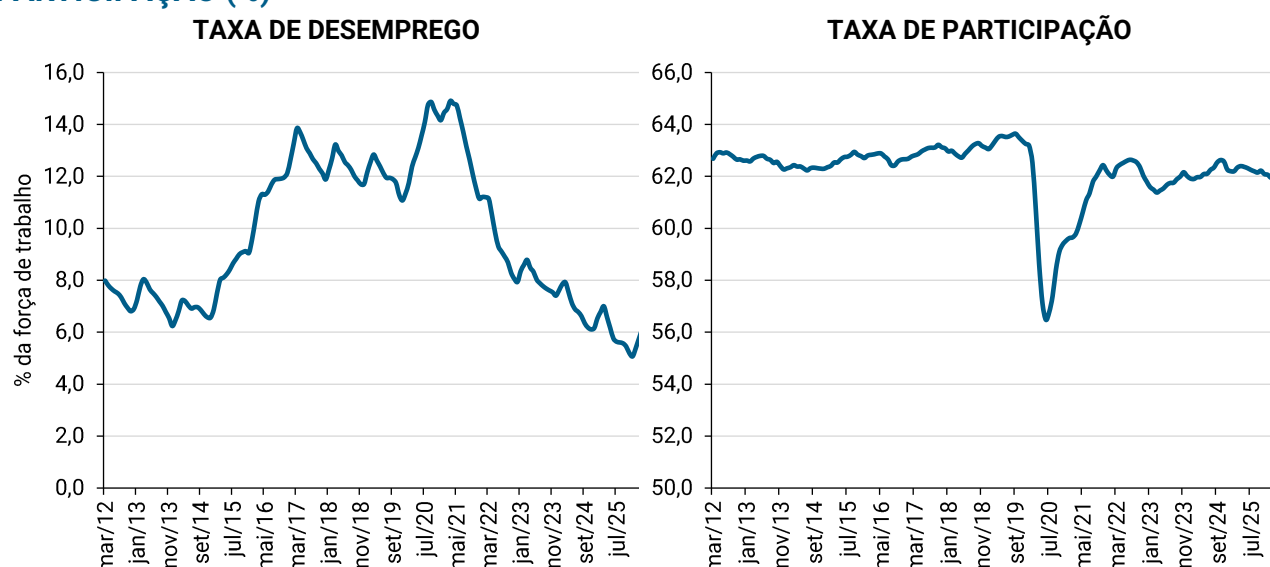
Mercado de trabalho

O mercado de trabalho permaneceu aquecido no primeiro semestre de 2026. Em abril, a taxa de desemprego atingiu 5,8%, próxima dos menores níveis da série histórica.

O bom desempenho do mercado de trabalho também se reflete nos rendimentos. O rendimento médio real do trabalho cresceu 5,4% em relação a abril de 2025, enquanto a massa salarial real avançou 6,5%.

A redução da desocupação, contudo, ocorre em um contexto de menor crescimento da força de trabalho. A taxa de participação permanece abaixo dos níveis observados antes da pandemia, sugerindo que parte da melhora recente dos indicadores de desemprego reflete não apenas a expansão da ocupação, mas também fatores demográficos e estruturais que limitam o crescimento da população economicamente ativa. Esse quadro contribui para a manutenção de um mercado de trabalho apertado, mesmo em um contexto de moderação no ritmo de geração de empregos.

GRÁFICO 2. TAXA DE DESEMPREGO (% DA FORÇA DE TRABALHO) E TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)



Fonte: IBGE.

Em maio de 2026, a Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, proposta que reduz a jornada de trabalho semanal para 40 horas e estabelece a escala 5x2, sem redução salarial⁴. Diante da elevada incerteza quanto à magnitude e ao sinal dos seus efeitos sobre emprego, produtividade, horas trabalhadas e massa salarial, a IFI não incorpora impactos específicos da medida em seu cenário base neste momento, mantendo acompanhamento contínuo de sua tramitação e de seus possíveis efeitos econômicos.

Inflação

Após iniciar o ano em trajetória de desaceleração, a inflação voltou a subir no primeiro semestre de 2026. A variação acumulada do IPCA, em doze meses, passou de 3,8%, em fevereiro, para 4,1%, em março, 4,4%, em abril, e alcançou 4,7% em maio, acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta de inflação (Gráfico 3).

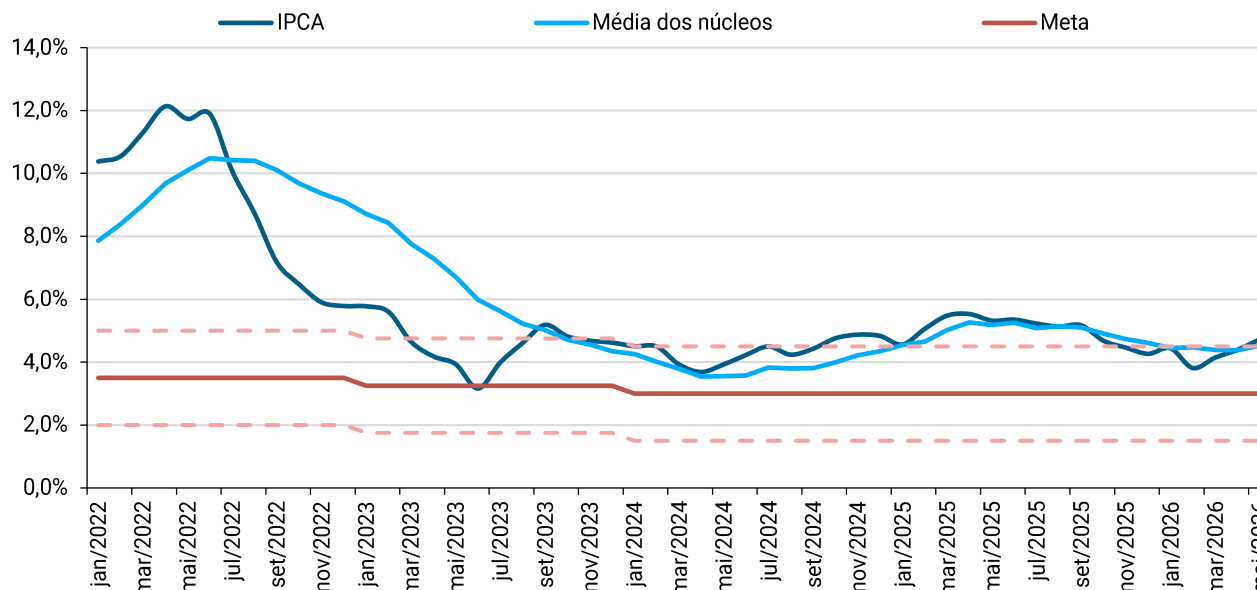
A aceleração do índice refletiu tanto o comportamento dos preços administrados, quanto dos preços livres. Entre os administrados, a variação acumulada em doze meses passou de 4,4%, em fevereiro, para 5,8% em maio. Nesse grupo, destacaram-se os avanços da gasolina e a manutenção da inflação de energia elétrica em patamar superior a 10%.

Os preços livres também apresentaram aceleração, passando de 3,6%, em fevereiro, para 4,3% em maio. O movimento foi particularmente influenciado pelos alimentos, cuja variação acumulada em doze meses passou de -0,1% para 3,0% no período, e pela inflação de serviços, que permaneceu elevada e relativamente estável, oscilando entre 5,7% e 6,0%. Os preços de bens industrializados registraram aumento mais moderado, de 2,5% para 2,7%.

As medidas de núcleo permaneceram em torno de 4,5% ao longo do período, sem sinalizar arrefecimento das pressões inflacionárias subjacentes.

⁴ Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019. Tramitação disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/174386>.

GRÁFICO 3. INFLAÇÃO AO CONSUMIDOR (IPCA)



Fonte: Banco Central, IBGE e IFI. Elaboração: IFI.

Taxa de juros

Na reunião de junho de 2026, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, de 14,50% a.a. para 14,25% a.a., dando continuidade ao processo de calibração da política monetária iniciado em março. Em comunicado⁵, o Comitê reconheceu a recuperação da atividade econômica no primeiro trimestre e a resiliência do mercado de trabalho, mas avaliou que os indicadores permanecem compatíveis com uma trajetória de desaceleração da economia em 2026.

A decisão ocorreu em um contexto de inflação corrente acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta e de expectativas de inflação ainda elevadas. Segundo a pesquisa Focus, o consenso para 2026 e 2027 situava-se em 5,3% e 4,1%, respectivamente. No cenário de referência do próprio Banco Central, a inflação projetada alcança 5,2%, em 2026, e 3,7% no quarto trimestre de 2027, atual horizonte relevante da política monetária. Essas projeções são compatíveis com a avaliação de que o processo de convergência da inflação à meta deverá ocorrer de forma gradual, exigindo a manutenção de condições monetárias restritivas por período prolongado.

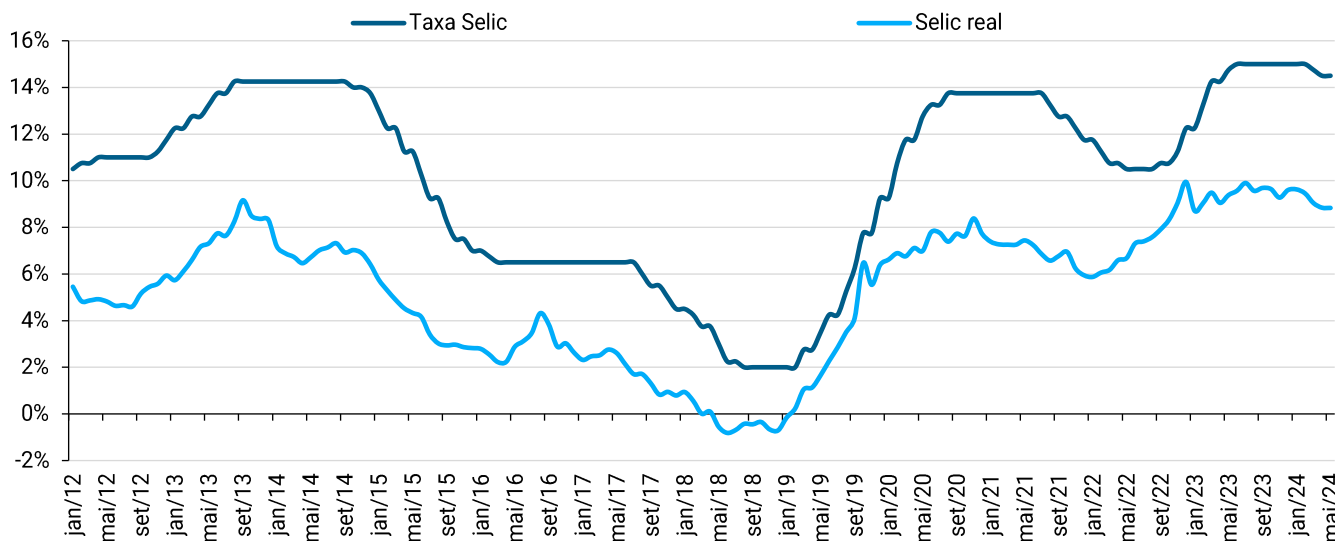
O balanço de riscos para a inflação permanece elevado em ambas as direções. Entre os fatores de alta, destacam-se a persistência da inflação de serviços, a possibilidade de prolongamento da desancoragem das expectativas, os efeitos dos choques recentes de oferta relacionados a energia e alimentos e a possibilidade de estímulos adicionais à demanda agregada. Entre os riscos de baixa, o Banco Central ressalta uma desaceleração

⁵ Ata da 279ª Reunião disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascope/17062026>.

mais intensa da atividade doméstica, um enfraquecimento mais pronunciado da economia global e eventual redução dos preços internacionais de commodities.

Nesse contexto, o Banco Central reiterou postura de cautela diante da elevada incerteza do cenário econômico e ressaltou que a magnitude dos próximos ajustes dependerá da evolução dos dados de atividade, inflação e expectativas, sem compromisso prévio quanto ao ritmo das próximas decisões.

GRÁFICO 4. TAXA SELIC E TAXA DE JUROS REAL EX-ANTE



Fonte: Banco Central e IFI. Elaboração: IFI.

Projeções

No cenário base, as projeções da IFI consideram a hipótese de desaceleração gradual da atividade econômica no curto prazo. Após o crescimento de 1,1% do PIB no primeiro trimestre de 2026, em relação ao trimestre anterior na série dessazonalizada, projeta-se expansão mais moderada nos trimestres subsequentes, compatível com condições monetárias ainda restritivas. Em contrapartida, o mercado de trabalho aquecido, o crescimento da renda real e medidas recentes de estímulo à demanda e ao crédito contribuem para sustentar o consumo e o investimento no curto prazo.

Nos últimos meses, o governo federal anunciou um conjunto de medidas de apoio ao crédito e à renda das famílias da ordem de R\$ 150 bilhões em 2026 (equivalente a 1,0% do PIB). Entre as iniciativas destacam-se a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, a expansão do crédito direcionado, novas modalidades de crédito imobiliário, programas de renegociação de dívidas das famílias e a ampliação do programa Minha Casa Minha Vida. Embora o impacto efetivo sobre a atividade dependa do comportamento de consumo dos agentes econômicos, as medidas tendem a sustentar a demanda agregada no curto prazo.

Nesse contexto, a projeção de crescimento do PIB para 2026 foi revisada, de 1,7%, no RAF de dezembro de 2025, para 2,0% nesta edição. A revisão reflete a combinação entre o maior carregamento estatístico após o primeiro trimestre, a resiliência do mercado de trabalho e a incorporação dos efeitos esperados das medidas de estímulo à demanda e ao crédito. A projeção anual situa-se acima do carregamento estatístico de 1,4% observado após o primeiro trimestre, refletindo a expectativa de continuidade da expansão da atividade no restante do ano, ainda que em ritmo mais moderado.

A inflação ao consumidor é projetada em 5,0%, em 2026, acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta. Para 2027, projeta-se desaceleração para 4,0%.

A transmissão do choque do petróleo para os preços domésticos ocorre por canais diretos e indiretos. O canal direto concentra-se nos combustíveis, especialmente na gasolina, e depende não apenas da trajetória do preço internacional do petróleo, mas também do grau de repasse aos preços domésticos. Dada a defasagem observada entre os preços domésticos e internacionais dos combustíveis, estimada pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom)⁶ em cerca de 30%, em meados de junho, assume-se neste cenário uma redução gradual dessa diferença no curto prazo, sem convergência integral aos preços de paridade internacional.

O canal indireto opera por meio do encarecimento do diesel e dos custos de transporte, com disseminação gradual ao longo da cadeia produtiva. Esse efeito é capturado nas projeções de inflação de preços livres, que incorporam, entre outros determinantes, a inflação passada, as expectativas de inflação, os preços internacionais de commodities convertidos em reais e o nível de atividade econômica.

As premissas da IFI para o preço do petróleo Brent foram substancialmente revisadas em relação ao cenário publicado em dezembro de 2025, refletindo a evolução do conflito no Oriente Médio e seus efeitos sobre a oferta global de energia. Enquanto o RAF nº 107 assumia estabilização do Brent em torno de US\$ 66,5 por barril ao longo do horizonte de projeção, esta edição passa a considerar preço médio de US\$ 85,0 por barril em 2026, com recuo para US\$ 75,0, em 2027, e estabilização em US\$ 72,0 a partir de 2028.

TABELA 3. REVISÃO DAS PREMISSAS PARA O PREÇO DO PETRÓLEO BRENT (MÉDIA ANUAL, US\$/BARRIL)

Ano	RAF nº 107 (dez/2025)	RAF nº 112 (jun/2026)	Revisão
2026	66,5	85,0	+27,8%
2027	66,5	75,0	+12,8%
2028	66,5	72,0	+8,3%

Fonte: IFI.

⁶ Relatórios do PPI. Disponíveis em: <https://abicom.com.br/categoria/ppi/>.

A taxa de câmbio é projetada em R\$/US\$ 5,18, no fim de 2026, e R\$/US\$ 5,23, ao fim de 2027, nível compatível com a melhora dos termos de troca e a manutenção de diferencial de juros elevado.

A política monetária deve permanecer em terreno contracionista por período mais prolongado do que o considerado no cenário de dezembro de 2025. A Selic é projetada em 14,0% a.a., ao fim de 2026, e em 12,0% a.a., no fim de 2027. A taxa de juros real *ex ante* recua de 7,5% a.a. para 5,4% a.a., no mesmo período.

A Tabela 4 resume as projeções macroeconômicas da IFI para o cenário base.

TABELA 4. PROJEÇÕES DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
PIB nominal (R\$ bilhões)	13,667	14,533	15,458	16,361	17,321	18,336	19,414	20,564	21,773	23,044	24,380
PIB - Crescimento nominal	7.3%	6.3%	6.4%	5.8%	5.9%	5.9%	5.9%	5.9%	5.9%	5.8%	5.8%
PIB - Crescimento real	2.0%	1.8%	2.3%	2.3%	2.3%	2.3%	2.3%	2.3%	2.3%	2.3%	2.2%
Deflator implícito do PIB	5.2%	4.5%	4.0%	3.5%	3.5%	3.5%	3.5%	3.5%	3.5%	3.5%	3.5%
IPCA	5.0%	4.0%	3.5%	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%
Taxa de desemprego (% da força de trabalho)	5.7%	6.4%	6.7%	6.7%	6.7%	6.7%	6.7%	6.7%	6.7%	6.7%	6.7%
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	5.18	5.23	5.31	5.36	5.41	5.47	5.52	5.58	5.63	5.69	5.75
Juro real ex ante (a.a.)	7.5%	5.4%	5.2%	5.0%	5.0%	5.0%	5.0%	5.0%	5.0%	5.0%	5.0%
Selic - final de período (a.a.)	14.0%	12.0%	10.0%	8.0%	8.0%	8.0%	8.0%	8.0%	8.0%	8.0%	8.0%

Fonte: IFI.

Premissas de médio prazo

As projeções apresentadas na Tabela 4 pressupõem convergência gradual da economia para condições de equilíbrio no horizonte de projeção, mantendo-se, em linhas gerais, as hipóteses estruturais adotadas no cenário publicado em dezembro de 2025.

Assume-se a convergência do crescimento do PIB ao seu potencial, estimado em 2,3% ao ano. Essa trajetória é sustentada por ganhos moderados de produtividade, aumento gradual da taxa de investimento e crescimento mais lento da força de trabalho, condicionado pelo envelhecimento demográfico.

A inflação converge gradualmente para a meta de 3,0% ao ano a partir de 2028. O deflator implícito do PIB evolui ligeiramente acima do IPCA, refletindo diferenças históricas entre os índices de preços.

Ao longo do horizonte de projeções, espera-se que a taxa real de juros se estabilize em torno de 5,0% a.a., com base na premissa de convergência da taxa de juros doméstica à taxa internacional, ajustada pelo prêmio de risco-país e pela depreciação esperada da taxa de câmbio.

Para a taxa de juros internacional, considera-se a taxa efetiva praticada pelo *Federal Reserve* (Fed), descontada pela inflação americana. No cenário base, assume-se inflação americana próxima de 2,0% ao ano e taxa nominal convergindo para 3,0% ao ano.

O prêmio de risco-país (CDS de cinco anos) é fixado em 250 pontos-base ao longo do horizonte de projeção, valor ligeiramente superior ao nível atual, enquanto a taxa de câmbio segue trajetória de depreciação gradual, com variação média próxima de 1,0% ao ano, determinada pelo diferencial entre as taxas de inflação doméstica e externa.

Cenários alternativos

Para explicitar a incerteza inerente às projeções de curto e médio prazos, o relatório apresenta três cenários: base, otimista e pessimista. Os cenários alternativos não representam previsões probabilísticas, mas exercícios condicionais construídos a partir de diferentes hipóteses para variáveis-chave do ambiente doméstico e internacional.

Em relação ao cenário base, as trajetórias alternativas refletem distintas premissas para variáveis como crescimento e juros globais, preços de commodities, risco-país e produtividade, resultando em perspectivas mais ou menos favoráveis para a economia brasileira.

No cenário pessimista, assume-se a materialização de riscos externos (prolongamento do conflito no Oriente Médio e de seus efeitos sobre os preços de energia, escalada de barreiras comerciais e aperto das condições financeiras) e a persistência de incertezas fiscais domésticas, com efeitos sobre o prêmio de risco e o custo de financiamento. Nesse caso, o PIB real cresceria, em média, cerca de 1,2% ao ano, entre 2028 e 2036, com taxa real de juros em patamar mais elevado (aproximadamente 7,5% a.a.), inflação acima do cenário base e Selic estabilizando-se em níveis superiores.

No cenário otimista, considera-se ambiente mais favorável à atividade, com normalização mais rápida dos preços de energia, ganhos adicionais de produtividade e eficiência associados à implementação bem-sucedida de reformas, além de uma condução fiscal mais austera, com redução do prêmio de risco. Nesse caso, o PIB real cresceria, em média, cerca de 3,4% ao ano, entre 2028 e 2036, com convergência mais rápida da inflação à meta, taxa real de juros menor (em torno de 4,0% a.a.) e Selic estabilizando-se em níveis mais baixos.

A Tabela 5 sintetiza as projeções macroeconômicas da IFI para os cenários alternativos.

TABELA 5. PROJEÇÕES DOS CENÁRIOS ALTERNATIVOS

Otimista	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
PIB nominal (R\$ bilhões)	13,708	14,621	15,655	16,743	17,916	19,172	20,522	21,980	23,535	25,193	26,962
PIB - Crescimento nominal	7.6%	6.7%	7.1%	7.0%	7.0%	7.0%	7.0%	7.1%	7.1%	7.0%	7.0%
PIB - Crescimento real	3.1%	2.8%	3.3%	3.3%	3.4%	3.4%	3.4%	3.5%	3.5%	3.4%	3.4%
Deflator implícito do PIB	4.4%	3.7%	3.6%	3.5%	3.5%	3.5%	3.5%	3.5%	3.5%	3.5%	3.5%
IPCA	4.2%	3.3%	3.1%	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%	3.0%
Taxa de desemprego (% da força de trabalho)	5.2%	5.7%	5.6%	5.6%	5.6%	5.6%	5.6%	5.6%	5.6%	5.6%	5.6%
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	4.97	5.02	5.08	5.13	5.18	5.24	5.29	5.34	5.39	5.45	5.50
Juro real ex ante (a.a.)	7.0%	5.3%	4.7%	4.0%	4.0%	4.0%	4.0%	4.0%	4.0%	4.0%	4.0%
Selic - final de período (a.a.)	13.00%	11.00%	9.00%	7.00%	7.00%	7.00%	7.00%	7.00%	7.00%	7.00%	7.00%
Pessimista	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
PIB nominal (R\$ bilhões)	13,578	14,414	15,346	16,300	17,315	18,401	19,564	20,816	22,144	23,551	25,043
PIB - Crescimento nominal	6.6%	6.2%	6.5%	6.2%	6.2%	6.3%	6.3%	6.4%	6.4%	6.4%	6.3%
PIB - Crescimento real	0.8%	0.6%	1.2%	1.2%	1.2%	1.2%	1.3%	1.3%	1.3%	1.3%	1.3%
Deflator implícito do PIB	5.7%	5.5%	5.3%	5.0%	5.0%	5.0%	5.0%	5.0%	5.0%	5.0%	5.0%
IPCA	5.5%	5.0%	4.8%	4.5%	4.5%	4.5%	4.5%	4.5%	4.5%	4.5%	4.5%
Taxa de desemprego (% da força de trabalho)	6.2%	6.9%	7.4%	7.7%	8.0%	8.3%	8.7%	9.0%	9.3%	9.6%	9.9%
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	5.43	5.48	5.63	5.77	5.92	6.06	6.22	6.37	6.53	6.69	6.86
Juro real ex ante (a.a.)	7.4%	7.3%	7.4%	7.5%	7.5%	7.5%	7.5%	7.5%	7.5%	7.5%	7.5%
Selic - final de período (a.a.)	15.00%	13.00%	12.00%	11.00%	11.00%	11.00%	11.00%	11.00%	11.00%	11.00%	11.00%

Fonte: IFI.